

A REALIZAÇÃO IDEACIONAL DA CATEGORIA GRAMATICAL SUJEITO À LUZ DA LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL: UM ESTUDO DE CASO BASEADO EM EDITORIAIS DO JORNAL O GLOBO

Karoline Angelici¹
Magda Bahia Schlee²

RESUMO: este artigo analisa a realização ideacional da categoria gramatical Sujeito em dois editoriais publicados no jornal *O Globo* em agosto de 2025, ambos centrados em questões relacionadas à Amazônia no contexto da COP30. À luz da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), investiga-se de que modo as escolhas léxico-gramaticais relativas ao Sujeito variam em função do contexto de situação, do gênero editorial e do grau de polêmica associado às situações-problema abordadas. Parte-se da hipótese de que há um *continuum* entre formas de alta especificidade referencial e estratégias de apagamento ou atenuação da responsabilidade semântica pelos processos representados na oração, sobretudo em trechos de maior densidade argumentativa. Ancorada nos pressupostos da Gramática Sistêmico-Funcional, particularmente na metafunção ideacional e no sistema de transitividade, a análise evidencia que a configuração léxico-gramatical do Sujeito constitui recurso estratégico de orientação da interpretação do leitor e de gerenciamento discursivo do posicionamento institucional do editorial. Os resultados mostram que as diferentes estruturas léxico-gramaticais de realização do Sujeito contribuem para veicular os papéis de agentividade e responsabilidade em diferentes graus, permitindo ao texto sustentar avaliações e julgamentos com diferentes níveis de comprometimento enunciativo. O estudo demonstra, ainda, a produtividade do aparato teórico-metodológico da Linguística Sistêmico-Funcional para a análise crítica de fenômenos discursivos associados à organização da oração em gêneros argumentativos da esfera jornalística.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Sistêmico-Funcional; categoria Sujeito; editorial.

1 Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

2 Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Introdução

Este artigo tem por objetivo contrastar a realização ideacional da categoria gramatical *Sujeito* em dois editoriais publicados no jornal *O Globo* no mês de agosto de 2025. Ambos abordam questões relacionadas com a Amazônia no contexto da COP30, conferência internacional sobre mudanças climáticas cuja realização em Belém do Pará mobilizou intensos debates em torno de infraestrutura, desenvolvimento sustentável, bioeconomia e políticas ambientais. A ampla repercussão do evento no cenário político e midiático brasileiro fez com que o tema ocupasse posição de destaque nas seções de opinião dos grandes veículos de comunicação, favorecendo a circulação de discursos marcadamente argumentativos sobre a questão amazônica.

O jornal *O Globo* ocupa posição de destaque no cenário midiático brasileiro, configurando-se como um espaço privilegiado para a circulação de discursos que participam ativamente da construção da opinião pública nacional. Nesse contexto, o gênero editorial revela-se particularmente relevante, uma vez que materializa o posicionamento institucional do veículo de comunicação diante de questões socialmente sensíveis e politicamente tensionadas. Embora apresente natureza eminentemente argumentativa, o editorial distingue-se por não expressar uma opinião individual, mas uma posição coletiva, funcionando como voz institucional do corpo editorial do jornal. Conforme Melo (2003), trata-se de um gênero voltado à orientação interpretativa dos acontecimentos sociais, cuja função ultrapassa a simples exposição de fatos.

O editorial caracteriza-se, portanto, pela coexistência de duas forças discursivas potencialmente contraditórias, pois, de um lado, por sua natureza opinativa, sustenta avaliações, julgamentos e posicionamentos críticos; de outro, mantém o efeito de impessoalidade historicamente associado ao discurso jornalístico (Schlee, 2008). É justamente nessa tensão entre posicionamento

argumentativo e apagamento enunciativo que reside o interesse deste estudo. Consideramos que as escolhas léxico-gramaticais relativas à categoria gramatical *Sujeito* constituem um dos mecanismos mobilizados para equilibrar essas exigências discursivas. Assim, os editoriais foram selecionados como *corpus* de análise não apenas por representarem institucionalmente o posicionamento do jornal, mas também por favorecerem a observação de estratégias de representação do *Sujeito* associadas à redistribuição da responsabilidade semântica pelos processos representados na oração.

Desse modo, com base na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), partimos da hipótese de que a realização ideacional da categoria *Sujeito* varia em função do contexto de situação e do grau de polêmica associado às situações-problema abordadas nos textos. Mais especificamente, pressupomos que contextos de maior tensão argumentativa favoreçam a mobilização de estratégias léxico-gramaticais de redução da especificidade referencial ou de apagamento de atores sociais vinculados aos processos representados. Em contrapartida, contextos menos polêmicos tenderiam a admitir formas de referência mais específicas e semanticamente transparentes. Propomos, assim, a existência de um *continuum* de especificidade referencial, ao longo do qual os diferentes modos de realização do *Sujeito* podem ser compreendidos como escolhas semanticamente motivadas.

Para a investigação desse fenômeno, adotamos como aporte teórico-metodológico a Linguística Sistêmico-Funcional, particularmente a Gramática Sistêmico-Funcional desenvolvida por Halliday e Matthiessen (2004), compreendida como o componente do modelo sistêmico responsável pela descrição das estruturas oracionais e de seus potenciais de significação. Na metafunção ideacional, a oração é interpretada como representação da experiência humana por meio do Sistema de Transitividade, que organiza processos, participantes e circunstâncias. Tal perspectiva mostra-se especialmente produtiva para o presente estudo, pois

permite observar de que modo diferentes configurações do Sujeito - lógico, psicológico e gramatical (Halliday, 1976) - podem coincidir ou dissociar-se na oração, redistribuindo semanticamente papéis de agentividade e responsabilidade enunciativa.

Além disso, a LSF possibilita interpretar essas escolhas em estreita relação com o contexto de situação, entendido, conforme Halliday e Matthiessen (2004) e Fuzer e Cabral (2014), a partir das variáveis campo, relações e modo. Entre essas variáveis, interessa-nos particularmente a dimensão do campo e das relações, uma vez que a primeira remete à atividade realizada, no caso o assunto do editorial, ao passo que a segunda envolve os papéis sociais assumidos na interação e os graus de autoridade e distanciamento discursivo construídos no texto. No caso do editorial jornalístico, tal variável revela-se central para compreender como o redator institucional articula posicionamento crítico e impessoalidade, administrando linguisticamente diferentes graus de comprometimento com os julgamentos expressos.

Nesse sentido, o presente estudo objetiva contrastar a realização ideacional da categoria gramatical *Sujeito* em dois editoriais publicados no jornal *O Globo* em agosto de 2025, investigando de que modo diferentes graus de especificidade da categoria *Sujeito* participam da construção argumentativa dos textos. Paralelamente, o trabalho procura também avaliar a produtividade interpretativa do aparato teórico-metodológico da Linguística Sistêmico-Funcional para a análise crítica de fenômenos discursivos associados à organização léxico-gramatical da oração em gêneros argumentativos da esfera jornalística.

Fundamentação teórico-metodológica

A Linguística Sistêmico-Funcional compreende a linguagem como uma semiótica social, isto é, como um sistema de recursos utilizados pelos falantes para construir significados em situações

concretas de interação (Halliday; Matthiessen, 2004). Nessa perspectiva, a língua não é concebida como um conjunto abstrato de regras autônomas, mas como um sistema de escolhas motivadas socialmente e realizadas em contextos específicos de uso.

Segundo Halliday e Matthiessen (2004), toda oração realiza simultaneamente três metafunções: ideacional, interpessoal e textual. A metafunção ideacional relaciona-se à representação da experiência humana; a metafunção interpessoal diz respeito à negociação de relações sociais e posicionamentos; e a metafunção textual refere-se à organização da mensagem enquanto texto. Essas metafunções não se realizam separadamente, mas de forma simultânea na estrutura da oração.

No âmbito da metafunção ideacional, a oração organiza-se no Sistema de Transitividade, responsável pela representação linguística do mundo por meio de processos (grupos verbais), participantes (grupos nominais) e circunstâncias (grupos adverbiais). Os processos podem assumir diferentes naturezas semânticas - materiais, mentais, relacionais, verbais, comportamentais e existenciais - pois representam eventos que constituem experiências, atividades humanas realizadas no mundo. Os processos materiais representam ações e acontecimentos; os relacionais estabelecem relações de identificação, atribuição ou caracterização; os mentais expressam percepção, cognição ou emoção. Esses processos são considerados principais e, na fronteira entre eles, estão os secundários: verbais, comportamentais e existenciais.

Halliday e Matthiessen (2004) chamam atenção para o fato de que cada um desses processos projeta papéis específicos para os participantes envolvidos. Assim, se o processo significa uma figura de fazer ou acontecer (material), por exemplo, o participante que o realiza recebe o nome de Ator e o participante afetado pelo processo é chamado Meta. Mas, se o processo é mental, os participantes serão denominados Experienciador e Fenômeno e, assim por diante, de acordo com a natureza semântica do processo.

É nesse quadro teórico que se insere a discussão acerca da categoria gramatical *Sujeito*. Na tradição gramatical, diferentes funções costumam ser associadas cumulativamente ao *Sujeito*, como o elemento que, concordando com o verbo, pratica ou sofre a ação e sobre o qual se faz uma declaração. Halliday e Matthiessen (2004), contudo, demonstram que essas propriedades não são necessariamente coincidentes. Conforme os autores, a categoria *Sujeito* articula dimensões distintas da oração e pode ser compreendida a partir de três perspectivas: lógica, psicológica e gramatical.

Na dimensão ideacional, o chamado *Sujeito* lógico tende a corresponder ao participante responsável pela instauração do processo, frequentemente associado ao papel de Ator nos processos materiais. Na dimensão textual, o *Sujeito* psicológico relaciona-se ao Tema, isto é, ao elemento escolhido como ponto de partida da mensagem. Já na dimensão interpessoal, o *Sujeito* gramatical corresponde ao elemento que estabelece relação de concordância com o verbo no eixo oracional.

Halliday (1976) observa que essas três funções frequentemente coincidem em exemplares prototípicos da oração, mas podem dissociar-se em diferentes configurações léxico-gramaticais. Tal dissociação mostra-se particularmente relevante para a análise discursiva, uma vez que permite redistribuir semanticamente funções de agentividade, estrutura temática e responsabilidade enunciativa. Assim, em exemplares prototípicos, como “Duque deu à minha tia esse chá”, o mesmo sintagma nominal realiza simultaneamente as funções de Tema, *Sujeito* gramatical e agente do processo. Entretanto, em estruturas como “Esse chá, minha tia ganhou do Duque”, tais funções distribuem-se entre diferentes constituintes da oração: “esse chá” assume a função temática; “minha tia” realiza o *Sujeito* gramatical; e “Duque” permanece como participante associado à agentividade do processo. Conforme observa Halliday (1976), a dissociação entre essas

funções não constitui desvio estrutural, mas é resultado de escolhas léxico-gramaticais motivadas pelo contexto.

Thompson (2014) reforça essa perspectiva ao demonstrar que a oração expressa simultaneamente três linhas semânticas. Em uma mesma estrutura oracional, um participante pode ser interpretado como Ator na metafunção ideacional, como Sujeito na metafunção interpessoal e como Tema na metafunção textual. A não coincidência dessas funções não constitui desvio, mas resultado de escolhas semanticamente motivadas pelos propósitos discursivos do texto.

Nesse sentido, de acordo com Angelici (2025, p. 93), o Sujeito pode ser conceituado, a partir da perspectiva sistêmico-funcional, como

a entidade a que o ouvinte ou leitor é chamado a reconhecer como participante de um evento interativo que, em sentenças prototípicas, expressa o agente regulador desse processo representado no sistema de transitividade como Ator, acumulando juntamente com essa função o papel de Tema da oração e de termo que estabelece relação de concordância com o verbo.

Outro conceito central para este estudo é o de contexto. Segundo Fuzer e Cabral (2014, p. 29), reportando as características da teoria de contexto da LSF, os textos estão inseridos em dois contextos de produção, o contexto de cultura (macrocontexto), que “é mais estável, em virtude de constituir-se de práticas, valores e crenças mais recorrentes que permanecem ao longo do tempo em uma comunidade e são compartilhados no grupo social”, e o contexto de situação (microcontexto), que “por sua vez, apresenta variáveis e constitui-se do entorno mais imediato no qual o texto se insere”.

Conforme Halliday e Matthiessen (2004), o contexto situacional organiza-se a partir de três variáveis: campo, relações e modo. O campo refere-se à natureza da atividade social em

desenvolvimento; o modo relaciona-se ao papel desempenhado pela linguagem na interação e ao canal de comunicação; e as relações dizem respeito aos papéis sociais assumidos pelos participantes, aos graus de autoridade, alinhamento e distância social construídos discursivamente.

No caso específico do editorial jornalístico, a variável **relações** assume importância fundamental, uma vez que o gênero exige simultaneamente posicionamento crítico e manutenção de um efeito de objetividade institucional. O editorialista precisa sustentar avaliações e julgamentos sem comprometer excessivamente a face institucional do veículo de comunicação. Nesse contexto, determinadas escolhas léxico-gramaticais — especialmente aquelas relacionadas à realização do Sujeito — podem funcionar como estratégias de gerenciamento discursivo do comprometimento enunciativo.

Partimos, assim, da hipótese de que a realização ideacional do Sujeito não constitui escolha neutra, mas participa ativamente da construção argumentativa do texto. Diferentes graus de especificidade referencial, bem como estratégias de apagamento ou deslocamento da agentividade, podem ser mobilizados para administrar responsabilidades, suavizar julgamentos ou construir efeitos de objetividade. A análise proposta busca justamente investigar como essas escolhas se organizam nos editoriais selecionados e quais significados discursivos produzem no interior do gênero.

Análise de corpus

Nesta seção, procederemos à análise dos editoriais publicados no Jornal *O Globo* que foram selecionados para compor o *corpus* deste trabalho. Foram destacadas no corpo do texto todas as ocorrências da categoria gramatical Sujeito, seguidas de uma análise qualitativa, que visa a prover um estudo exploratório do

potencial de aplicação dos pressupostos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional à interpretação da variação da realização da categoria no gênero Editorial.

Editorial do Jornal *O Globo*, publicado no dia 2/8/2025: COP30 corre risco de naufragar antes mesmo de começar

COP30 (1) *corre risco de naufragar antes mesmo de começar*

Países (2) *assinam documento sugerindo transferência do evento se **preço de hospedagem** (3) em Belém não baixar*

*Faltando **cem dias** (4) para o início da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30) em Belém, **representantes de 25 países** (5) assinaram documento sugerindo a transferência do evento para outro local, se **os preços das hospedagens** (6) não baixarem. **Eles** (7) *estão certos. **O pior** (8) **que** (9) poderia acontecer é o cancelamento da presença de nações pobres, afetando o quórum de decisões. **A COP30** (10) acabaria antes de começar.**

Cidades (11) ***que** (12) hospedam COPs e outros grandes eventos registram altas de diárias de hotéis e aluguéis de imóveis. Quando **a demanda** (13) aumenta, **os valores** (14) sobem. Porém **o** (15) **que** (16) está acontecendo em Belém é fora do comum. **Adotar um tabelamento** (17) seria inaceitável. Mas, em situações em que **a lei da oferta e da procura** (18) sai do controle, **governos** (19) podem e devem intervir aumentando a oferta. Nesse caso, **isso** (20) aconteceria com a transferência de parte do evento para o Rio de Janeiro.*

Na quinta-feira, **o presidente da COP30** (21), embaixador André Corrêa do Lago, reconheceu que há “uma sensação de revolta, sobretudo por parte dos países em desenvolvimento, **que** (22) estão dizendo que não poderão vir à COP por causa dos preços extorsivos **que** (23) estão sendo cobrados”. Em alguns casos, **o valor da diária** (24) foi multiplicado por dez. Existem **estabelecimentos** (25) cobrando até US\$2 mil por noite. Pressionado, nesta sexta-feira, **Corrêa do Lago** (26) deu entrevista negando a existência de

um plano B. Se **tal plano** (27) não existe, (28) deveria ser feito rapidamente.

No começo da semana, **o escritório climático da ONU** (29) realizou uma reunião de emergência para discutir a questão dos preços das acomodações. Nela, **países** (30) pediram abertamente a mudança de local. **Uma nova reunião** (31) foi agendada para 11 de agosto. **A Secretaria Extraordinária da COP30** (32) alega que **o plano de acomodação** (33) está sendo implementado em fases, “com prioridade”, nesta etapa, para as delegações **que** (34) participarão das negociações. (35) Afirma ainda que estão disponíveis 2.500 quartos com diárias de até US\$600. **Tais declarações** (36) não estão acalmando as autoridades estrangeiras em busca de vagas.

Em 2023, quando (37) confirmou a cidade de Belém como sede da COP30, **o presidente Luiz Inácio Lula da Silva** (38) sabia que **a capital paraense** (39), a despeito de suas qualidades, não tinha condições de infraestrutura para abrigar um evento dessa magnitude. **Os governos federal e estadual** (40) até realizaram obras, mas **os problemas** (41) — em especial a falta de estrutura hoteleira — não foram solucionados. **A falha no planejamento** (42) é evidente. **Acomodar cerca de 50 mil visitantes** (43) não seria tarefa fácil para a maioria das cidades brasileiras. **Construir hotéis** (44) para depois (45) deixá-los vazios não faria nenhum sentido econômico.

O drama (46) é que **as alternativas** (47) cogitadas pelo governo, como os dois navios de cruzeiro **que** (48) oferecerão 6 mil vagas extras, a utilização de escolas para abrigar agentes da Polícia Rodoviária Federal e até a possibilidade de usar habitações de um condomínio do Minha Casa, Minha Vida, não estão conseguindo baixar os preços de diárias em hotéis e de aluguéis de imóveis próximos ao local do evento.

Também preocupam **as obras de requalificação do aeroporto de Belém** (49). **O Rio de Janeiro** (50) conta com milhares de quartos em sua boa estrutura hoteleira. **A segunda maior cidade do país** (51) seria uma boa opção. Não resta **muito tempo** (52) para **as autoridades**

brasileiras (53) avaliarem melhor os riscos de uma COP30 esvaziada (O Globo, 2025, grifo nosso).

Análise qualitativa

O texto é introduzido por orações de Sujeito prototípico, (1) “**COP30**” (2) “**Países**”, que caracterizam a situação-problema, apresentando ao leitor, por meio da organização temática da oração, os dois principais eixos em torno dos quais se desenvolve a argumentação no Editorial. Não à toa, o Tema das orações (1) e (2) corresponde aos principais referentes do texto, que visa à formação da opinião pública em meio à polêmica da alta de preços em Belém, cidade sede da COP30.

O Sujeito em (3) “se **preço de hospedagem** em Belém não baixar”, acrescenta o terceiro elemento-chave da discussão implementada aqui. (1) “COP30”, (2) “países” e (3) “preços”. Ao passo que os dois primeiros referentes são organizados como Tema da oração, o terceiro é deslocado da posição de proeminência, dando relevo à circunstância de condição que circunscreve as duas primeiras orações. Nesse sentido, observamos, ainda, que a opção por essa estrutura colabora para a omissão do ator, do agente regulador do processo expresso pelo verbo “baixar”.

Sabemos - e o texto revela essa informação em etapa posterior à caracterização da situação-problema - quem são os responsáveis por regular os preços. De modo mais geral, poderíamos dizer que é o governo, ou, ainda, designar referentes mais específicos, nomeando agentes do governo que possam estar diretamente envolvidos no controle da questão.

No título, subtítulo e primeiro parágrafo, contudo, o editorialista conduz o leitor ao entendimento da situação, contextualizando a relação entre a alta dos preços, o evento na cidade de Belém e as possíveis consequências dessa conjuntura. É por isso que não somente em (3), mas também em (5) “Faltando cem dias

para o início da 30ª conferência da ONU sobre mudanças climáticas, (COP30) em Belém, **representantes de 25 países** assinaram documento”, e (6) “se **os preços das hospedagens** não baixarem”, os Sujeitos apresentam um grau muito baixo de especificidade na marcação de referência, além de fazerem parte de estruturas que colocam em evidência a circunstância.

Observemos a escolha dos Sujeitos lógicos em: (1) “COP30”, (2) “países”, (3) “preços”, (5) “representantes”, (6) “preços”. Nenhum deles designa com precisão um ator, mesmo estando todos eles, à exceção de (1), associados a processos materiais. O mais próximo do que poderia ser definido como ator é (5) “representantes”; no entanto a escolha desse sintagma nominal (SN) coletiviza a ação, representa uma classe, anulando a identidade do agente regulador.

A caracterização da situação-problema segue apoiando-se em especulações genéricas sobre o fato, o que se reflete na escolha de Sujeitos com referência pouco especificada. Em (7), “**eles** estão certos”, o elemento gramatical mantém a mesma referência de (5) “representantes”. O mesmo ocorre em (10) “**a COP30** acabaria antes de começar”, em (11) “**Cidades** que hospedam COPs” e em (12), que retoma (11), “**que** hospedam”.

Mesmo quando as orações são estruturadas em torno de processos relacionais, o redator opta por SNs Sujeitos de referência vaga, que se distanciam da relação prototípica entre portador e atributo em orações de processo relacional. Vejamos o que ocorre em (8), por exemplo, “**O pior** que poderia acontecer é o cancelamento da presença de nações pobres”. O adjetivo, classe gramatical tipicamente utilizada para representar atributos, é substantivado, deslocado para a posição de Sujeito. Já a posição à direita do verbo relacional, normalmente reservada à expressão do atributo, é preenchida por um substantivo verbal. Encobre-se a ação “cancelar” e, consequentemente, o agente regulador dessa ação.

Há, portanto, um reordenamento na estrutura léxico-gramatical, envolvendo não só a redistribuição dos papéis de portador e atributo, como também escolhas feitas para representar esses papéis por meio de formas não tipicamente usadas com essa finalidade. A alteração da estrutura prototípica de construção de orações em torno de processos relacionais privilegia a caracterização da situação-problema ao mesmo tempo que permite o apagamento dos possíveis agentes reguladores das ações envolvidas na situação descrita.

É importante pontuar que, no caso dos processos relacionais, a escolha dos sintagmas em função de Sujeito também colabora para a construção da ideia de que os desdobramentos da COP30 são preocupantes, como em (46) “**o drama** é que as alternativas cogitadas ...”.

Como o Sujeito lógico não encarna, por vezes, a figura do agente regulador dos inúmeros processos materiais resultantes dos desdobramentos da COP30 e como a tensão não está no evento em si, mas nas circunstâncias em torno dele, não é de se estranhar também que, em muitos momentos o elemento encabeçador da oração seja a circunstância, o que ocorre em sentenças de Tema múltiplo³, iniciadas por conjunções adverbiais e em sentenças em que a circunstância é colocada na posição de Tema. É o que ocorre em (13) “Quando **a demanda** aumenta”, (15) Porém **o** que está acontecendo em Belém é fora do comum”, (18) “Mas, em situações em que **a lei** da oferta e da procura sai do controle”, (20) “Nesse caso, **isso** aconteceria com a transferência de parte do evento para o Rio de Janeiro”, (27) Se tal plano não existe ...”, (29)

3 Cabe destacar que a análise implementada aqui avalia oração a oração. No caso dos períodos compostos por subordinação em que a subordinada é adverbial, considera-se que toda a oração subordinada seja a circunstância da oração principal; no entanto, como estamos analisando não somente o sujeito da oração principal, mas também da oração subordinada, classificamos como oração de Tema múltiplo toda oração introduzida por um elemento de valor circunstancial ou por qualquer outro Tema que não seja ideacional.

“No começo da semana, o escritório climático da ONU realizou uma reunião de emergência”, (30) “Nela, países pediram...”, (41) “mas os problemas [...] não foram solucionados”.

Notam-se sofisticadas estratégias de fuga na indicação da entidade referida, como a escolha de Sujeitos oracionais com verbo no infinitivo em (17) “**adotar um tabelamento** seria inaceitável e (43) “**Acomodar cerca de 50 mil visitantes** não seria tarefa fácil”. O elemento nuclear dos Sujeitos em ambos os casos é um verbo, que, apesar de estar em forma nominal, expressa processo. Nos dois períodos, há processo relacional, e, por meio das estratégias adotadas na estrutura léxico-gramatical, são capazes de exprimir juízos de valor sobre atitudes cabíveis ao governo em torno do controle da situação-problema, sem que haja comprometimento com as entidades reguladoras desses processos.

O estado dinâmico dos processos de “adotar” e “acomodar” é enfraquecido para que figurem como Sujeitos de processos relacionais na expressão de um juízo de valor. O enfraquecimento do traço dinâmico acarreta anulação total dos seus agentes reguladores. Os atributos apresentados no predicado imprimem juízo de valor a essas possíveis ações, e, assim, a argumentação vai sendo construída de modo que o próprio leitor identifica, ainda que intuitivamente, o papel do governo como protagonista no controle dessas medidas. É uma estratégia eficiente para formar opinião pública sem precisar responsabilizar diretamente, apontando entidades, órgãos e autoridades, nenhuma parcela da sociedade.

Semelhante estratégia foi empregada em (44) “**Construir hotéis** para depois (45) deixá-los vazios não faria nenhum sentido econômico”, com destaque para (45), em que não se preenche o Sujeito. A combinação dessas estruturas permite que o redator escape da responsabilidade de apontar atores para os processos de “construir” e “deixar”. Do ponto de vista do sistema de transitividade, os processos materiais “construir” e “deixar” são apresentados em orações não finitas, o que resulta na supressão dos

participantes responsáveis pela instauração e pelo controle desses processos. Ao optar pelo infinitivo impessoal, o editorialista desloca a atenção do leitor dos atores sociais para os próprios processos e para sua avaliação subsequente. Essa escolha faz com que as ações sejam interpretadas como práticas genéricas, desvinculadas de instâncias institucionais ou individuais específicas.

No âmbito da metafunção interpessoal, tal apagamento de participantes favorece a construção de um posicionamento avaliativo que se coloca como socialmente consensual, expresso na modalização negativa “não faria nenhum sentido econômico”. Ao evitar a explicitação de agentes, o editorial reduz o potencial de contestação direta e amplia o efeito de objetividade, aproximando o enunciado de uma lógica aparentemente neutra. Dessa forma, a configuração da metafunção ideacional - marcada pela ausência de participantes centrais - articula-se à metafunção interpessoal, ao sustentar um julgamento de valor que se projeta como racional e incontestável, ao mesmo tempo em que permite ao editorialista se preservar de um comprometimento direto com a atribuição de responsabilidades.

Nesse sentido, apontamos também (42) “**A falha no planejamento**”, que, apesar de ter estratégia um pouco diferente, também apaga os participantes dos processos de “falhar” e “planejar”, quando esses processos são recategorizados para compor o Sujeito.

Em algumas partes do texto, o redator opta por Sujeitos de referência um pouco mais específica, chegando ao grau máximo de especificidade em alguns casos, como (21) “na quinta-feira, **o presidente da COP30**, embaixador André Corrêa do Lago, reconheceu...”, (26) “pressionado, nesta sexta-feira, **Corrêa do Lago** deu entrevista negando a existência de um plano B” e (37) “Em 2023, quando confirmou a cidade de Belém como sede da COP30, **o presidente Luiz Inácio Lula da Silva** sabia [...]”. A preferência por Sujeitos com alto grau de especificidade na marcação do referente ocorre nas partes do texto em que há veiculação de fatos, acontecimentos que envolvem as figuras públicas mencionadas,

em contraste com as partes do texto reservadas à exposição de opiniões sobre o assunto do Editorial, o que nos mostra que a opção por SNs em posição de Sujeito que permitem identificação de referência exata está vinculada não somente ao contexto de situação em que o texto é produzido, mas também às diferentes finalidades estabelecidas no interior no próprio texto.

Mesmo nos casos em que o Sujeito designa um referente específico, capaz de regular os processos aos quais se vinculam, notamos que há descolamento entre os Sujeitos lógico, psicológico e gramatical e que o Sujeito psicológico, em todos os exemplos, é um elemento circunstancial, o que nos mostra que, nesse exemplar do *corpus*, as circunstâncias não são mero acessório, mas são fundamentais ao enquadramento espaço-temporal da situação-problema e à formação de opinião em torno do assunto.

Como há um *continuum* no qual se situam diferentes graus de especificidade do referente-Sujeito, os trechos que apresentam maior teor argumentativo, em oposição àquelas partes do texto reservadas à apresentação de alguns fatos em torno do tema, tendem a marcar a referência do Sujeito de forma um pouco mais abstrata - não individual - ou representativa de uma classe. No parágrafo anterior, destacamos Sujeitos com alto grau de especificação do referente; no entanto, na passagem dos trechos em que são apresentados fatos para aqueles em que se apresentam opiniões, o grau de especificidade do referente vai diminuindo. É o que ocorre em (19) “**governos** podem e devem intervir”, (24) “Em alguns casos, **o valor da diária** foi multiplicado por dez”, (29) “No começo da semana, **o escritório climático da ONU** realizou uma reunião de emergência”, (32) “A Secretaria Extraordinária da COP30 alega...”, (40) “**Os governos federal e estadual** até realizaram obras”, (52) “para **as autoridades brasileiras** avaliarem”.

Outra estratégia de apagamento do agente regulador de processos dinâmicos empregada no Editorial em análise é o uso da voz passiva analítica sem agente da passiva, como se pode ver em (24) “**o valor da diária** foi multiplicado por dez”, (31) “**Uma nova**

reunião foi agendada para 11 de agosto”, (33) “**o plano de acomodação** está sendo implementado em fases”, (36) “**Tais declarações** não estão acalmando as autoridades estrangeiras”, (41) “**os problemas** [...] não foram solucionados”.

Chamou-nos a atenção também, no Editorial em análise, a opção por Sujeitos de valor locativo, como (39) “**a capital paraense**, a despeito de suas qualidades, não tinha condições de infraestrutura...”, (50) “**O Rio de Janeiro** conta com milhares de quartos”, (51) “**A segunda maior cidade do país** seria uma boa opção”, que reforçam a preferência por Temas de valor circunstancial. Quando o Tema não é preenchido pela própria circunstância, é preenchido por um Sujeito lógico e gramatical de potencial circunstanciador. Tais escolhas representam, assim, Temas de valor circunstancial, uma vez que os elementos locativos são promovidos à função de Sujeito gramatical, passando a ocupar a posição temática inicial da oração.

Do ponto de vista da metafunção ideacional, essa configuração contribui para o apagamento de atores humanos ou institucionais diretamente responsáveis pelos processos avaliados no editorial, como a oferta de infraestrutura e a regulação dos preços praticados durante a COP 30. Ao atribuir propriedades e capacidades a espaços urbanos - “a capital paraense”, “o Rio de Janeiro”, “a segunda maior cidade do país” - o texto reifica o lugar, tratando-o como se fosse o participante central dos processos relacionais e materiais, em detrimento de agentes concretos, como gestores públicos, empresários do setor hoteleiro ou organizadores do evento.

No plano textual, a recorrência desses Sujeitos locativos consolida uma progressão temática baseada no espaço como eixo organizador do discurso, o que se mostra particularmente oportuno ao assunto do editorial. Ao discutir os preços abusivos praticados em Belém durante a CPO30, o redator desloca a crítica de práticas específicas para uma avaliação comparativa entre cidades, enfatizando as desigualdades de infraestrutura e de capacidade

de hospedagem como aspectos quase intrínsecos aos lugares. Dessa forma, o encarecimento da hospedagem é apresentado menos como resultado de decisões econômicas e políticas localizadas e mais como consequência previsível das “condições” da cidade-sede.

Sob a perspectiva interpessoal, essa escolha temática favorece a construção de um posicionamento avaliativo que se pretende técnico e racional, reduzindo o grau de confrontação direta com atores sociais específicos envolvidos nos preços abusivos. Ao colocar o espaço urbano na posição de Sujeito, o editorial suaviza a atribuição de responsabilidade, ao mesmo tempo em que sustenta seu argumento central: a inadequação de Belém para sediar um evento da magnitude da CPO 30 e, por extensão, a previsibilidade das distorções de preços observadas.

Editorial do Jornal *O Globo*, publicado no dia 4/8/2025: Biodiversidade é oportunidade para desenvolver economia da Amazônia

Biodiversidade (1) é oportunidade para desenvolver economia da Amazônia

País (2) conta com bons pesquisadores e lei avançada. Falta **atrair capital privado e aumentar apoio público** (3)

O Brasil (4) tem lei considerada avançada para o tema da biodiversidade, (5) conta com um número considerável de cientistas dedicados à área, mas (6) carece de investimento e políticas públicas. Em área estratégica para a economia brasileira, **o governo** (7) deveria identificar que **barreiras** (8) impedem uma alocação mais eficiente do capital privado, (7) adotar medidas para mitigar esses problemas e (7) aumentar o financiamento público em pesquisa.

O avanço (9) dos estudos em biodiversidade pode ser um eixo de crescimento para os mais de 20 milhões que vivem na região da Amazônia. **O Brasil** (10) tem bom histórico no casamento entre ciência e

desenvolvimento econômico. Foi **a união entre pesquisadores e empreendedores** (11) que resultou na exploração agrícola do Cerrado, hoje um dos principais polos do agronegócio no mundo. Na Amazônia, **a ênfase** (12) precisa ser na sustentabilidade.

O consórcio Genômica da Biodiversidade Brasileira (GBB) (13), tendo à frente o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Tecnológico Vale Desenvolvimento Sustentável (ITV), com a colaboração de 107 instituições, sequenciou em dois anos 23 genomas completos de animais. **Outros 720 de plantas e animais** (14) também foram sequenciados em diversos níveis de resolução. **“A bioeconomia** (15) se faz como as camadas de um bolo. Pega-se **o conhecimento tradicional** (16) e se acrescenta **uma outra camada de ciência de vanguarda** (17). A isso se acrescenta **estímulo** (18) **à indústria local, à formação de pessoas”** (18), ressalta **Alexandre Aleixo** (19), líder do grupo de Genômica Ambiental do ITV.

Em tom de desabafo, **Roberto Waack** (20) cofundador da Coalizão Brasil, Clima, Floresta e Agricultura, disse ao GLOBO que **o Brasil** (21) não faz parte da periferia quando **o assunto** (22) é pesquisa. “Há um aumento do valor da natureza. **Negócios** (23) dependem de ativos naturais. **A alta tecnologia** (24) abre uma via de valorização do capital natural”, diz.

As indústrias farmacêutica e de cosméticos (25) já utilizam matérias-primas fornecidas por florestas e campos brasileiros. Da Amazônia, **a andiroba** (26) produz óleo anti-inflamatório, também usado como repelente e hidratante; do Cerrado, **a cagaita** (27 NPTO) tem propriedades antioxidantes; da Caatinga, **o coco** (28) da palmeira licuri fornece óleo para cosméticos; e da Mata Atlântica **a uvaia** (29), presente em doces e sucos, tem sido pesquisada sobre suas propriedades terapêuticas.

A genômica e a proteômica (30), estudo das proteínas de cada elemento, se entrelaçam para permitir o entendimento da composição de cada objeto de estudo e o desenvolvimento de técnicas de melhorias das espécies. **Um exemplo** (31) é o tucupi, retirado da

mandioca-brava. Para evitar a variação de qualidade, **a análise de suas proteínas** (32) indica a seleção ideal de microrganismos para produção de um tucupi homogêneo capaz de atender às exigências do mercado. **Explorar a biodiversidade de forma sustentável** (33) é uma das melhores estratégias para deixar as florestas em pé e melhorar as condições de vida da população — ao mesmo tempo (O Globo, 2025, grifo nosso).

Análise qualitativa

A situação-problema abordada nesse editorial é pouco polêmica, não havendo, portanto, a necessidade de variadas estratégias de apagamento dos agentes reguladores dos processos verbais.

Ao contrário, há um número expressivo de Sujeitos de referência específica, como (1) **“Biodiversidade”**, (24) **“A alta tecnologia”**, (26) **“a andiroba”**, (27) **“a cagaita”**, (28) **“o coco”**, (29) **“a uvaia”**, (30) **“A genômica e a proteômica”**.

Como se pode ver, do (26) ao (29), os Sujeitos representam elementos da natureza, não sendo seres animados e, não havendo nenhuma polêmica em relação ao conteúdo expresso, não há razão para apagar a identidade dos referentes. Já (1), (24) e (30) circunscrevem o tema situando-o em torno das ciências que com ele se relacionam, por isso é interessante que sejam específicos na referência.

Em (13), **“o consórcio Genômica da Biodiversidade Brasileira (GBB)”** [...] *sequenciou em dois anos 23 genomas completos de animais*, embora o referente não seja, de fato, o agente regulador da ação, aqui é mais relevante ressaltar a instituição do que as mãos desconhecidas de quem realizou a sequenciação.

Não podemos deixar de observar que os Sujeitos de referência genérica são mais frequentes nos dois primeiros parágrafos, justamente a porção do texto em que não há menção direta aos elementos do Brasil que caracterizam a sua biodiversidade, mas sim a fatos e a opiniões em torno da realidade brasileira na área

ambiental, o que exige do redator algumas estratégias de fuga quanto à identificação de responsabilidade. É o que ocorre em (4) “**O Brasil** tem lei considerada avançada para o tema da biodiversidade”, (5) e (6), que não apresentam Sujeito expresse, mas retomam o referente de (4): (5) “conta com um número considerável de cientistas dedicados à área”, (6) “mas carece de investimento e políticas públicas”. O mesmo ocorre em (7) “**o governo** deveria identificar...”, que introduz uma enumeração de ações atribuídas ao governo (7) “adotar medidas” e (7) “aumentar o financiamento público em pesquisa”, (8) “que **barreiras** impedem uma alocação mais eficiente do capital privado”, (9) “**O avanço** dos estudos em biodiversidade pode ser um eixo de crescimento...”, (10) “**O Brasil** tem bom histórico”, (11) “Foi **a união entre pesquisadores e empreendedores** que resultou”, (12) “Na Amazônia, **a ênfase** precisa ser na sustentabilidade”, (21) “**o Brasil** não faz parte da periferia”, (22) “quando **o assunto** é pesquisa”, (23) “**Negócios** dependem de ativos naturais”, (31) “**Um exemplo** é o tucupi”, (32) “**a análise de suas proteínas** indica...”.

Em outras porções do texto, apesar do emprego expressivo de processos materiais, esses processos não se vinculam a um indivíduo ou a um grupo de pessoas específicas. Ao contrário, fazem parte de uma explicação generalizada sobre a forma como a bioeconomia funciona. Não havendo possibilidade de escolha de um Sujeito Ator, o redator opta por estruturas de passiva sintética em que esse agente necessariamente é apagado, como se pode constatar em (15) “**A bioeconomia** se faz como as camadas de um bolo”, (16) “Pega-se **o conhecimento tradicional**”, (17) “e se acrescenta **uma outra camada** de ciência de vanguarda” e (18) “A isso se acrescenta **estímulo** à indústria local”.

Também como forma de omissão de um possível agente regulador, o redator opta por Sujeitos oracionais, que focalizam a ação em si e não quem as comanda, conforme exemplificam (3) “**Falta atrair capital privado e aumentar apoio público**” e (33) “**Explorar a biodiversidade de forma sustentável** é uma das melhores

estratégias”. Nesse exemplar do *corpus*, a argumentação se constrói como consequência lógica do somatório de informações sobre a situação do Brasil diante das questões ambientais, razão de haver muitos trechos expositivos. Por outro lado, nos trechos em que há opinião explícita, a preferência por Sujeitos de referência vaga é estratégia latente.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo contrastar a realização ideacional da categoria gramatical *Sujeito* em dois editoriais publicados no jornal *O Globo* no mês de agosto de 2025, ambos voltados a questões relacionadas com a Amazônia no contexto da COP30. Ancorada nos pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional, a análise buscou compreender de que modo as escolhas léxico-gramaticais relativas ao *Sujeito* variam em função do contexto de situação, das especificidades do gênero editorial e do grau de polêmica associado às situações-problema abordadas.

Os resultados do estudo evidenciam que a representação do *Sujeito* não ocorre de forma homogênea, mas varia em função tanto da natureza da situação-problema quanto das diferentes porções argumentativas do texto. Observou-se maior frequência de referentes-*Sujeito* com alto grau de especificidade em trechos menos argumentativos e, de modo geral, no editorial *Biodiversidade é oportunidade para desenvolver economia da Amazônia*, cuja temática não envolve tensão polêmica significativa nem atribuição direta de responsabilidade a atores sociais específicos. Em contrapartida, os trechos de maior densidade argumentativa, sobretudo no editorial *COP30 corre risco de naufragar antes mesmo de começar*, apresentaram recorrência mais expressiva de estratégias léxico-gramaticais associadas à redução da especificidade referencial e ao apagamento ou deslocamento da agentividade dos processos representados.

Nesse sentido, a análise permitiu identificar um *continuum* de especificidade referencial, ao longo do qual diferentes configurações do Sujeito se distribuem entre formas de representação altamente específicas e estruturas que desfocalizam ou obscurecem semanticamente os participantes responsáveis pelos processos. Entre essas estratégias, destacam-se o emprego de sujeitos genéricos, sujeitos oracionais, nominalizações, passivas sem agente expresso e sujeitos de valor circunstancial. Tais escolhas mostram-se particularmente produtivas para a construção de efeitos de objetividade e impessoalidade, ao mesmo tempo em que permitem ao editorial sustentar avaliações e posicionamentos críticos com diferentes graus de comprometimento enunciativo.

A perspectiva sistêmico-funcional revelou-se especialmente relevante para a interpretação desses fenômenos, uma vez que a análise tripartida da oração possibilita compreender que Sujeito gramatical, Tema e participante associado à agentividade do processo não coincidem necessariamente na estrutura oracional. Essa dissociação funcional mostrou-se central para a compreensão dos mecanismos argumentativos observados no *corpus*, pois permitiu identificar como determinadas escolhas léxico-gramaticais redistribuem semanticamente funções de topicalidade, responsabilidade e agentividade, orientando a interpretação do leitor e regulando discursivamente a atribuição de responsabilidade pelos acontecimentos representados.

Além disso, o estudo procurou demonstrar a produtividade teórico-metodológica da Linguística Sistêmico-Funcional para a investigação crítica de categorias gramaticais em gêneros discursivos da esfera midiática. Ao articular descrição léxico-gramatical ao contexto, mais especificamente ao contexto de situação, a LSF possibilita compreender a gramática não como um conjunto neutro de estruturas formais, mas como um sistema de opções que produzem significado. Nesse sentido, os resultados obtidos contribuem não apenas para os estudos sistêmico-funcionais

sobre o português, mas também para investigações voltadas à relação entre gramática, argumentação e discurso jornalístico.

Por fim, acredita-se que o *continuum* de especificidade referencial proposto neste estudo possa servir de base para futuras pesquisas sobre estratégias de representação discursiva em outros gêneros e esferas de circulação social, ampliando a compreensão acerca do papel desempenhado pelas escolhas léxico-gramaticais na construção ideológica dos acontecimentos sociais.

The variation in the ideational realization of the grammatical category «Subject» in light of Systemic-Functional Linguistics: a case study based on two editorials from the newspaper *O Globo*.

Abstract: this article analyzes the ideational realization of the grammatical category Subject in two editorials published in the newspaper *O Globo* in August 2025, both centered on issues related to the Amazon in the context of COP30. Drawing on Systemic Functional Linguistics (SFL), the study investigates how lexico-grammatical choices concerning Subject vary according to the context of situation, the editorial genre, and the degree of controversy associated with the problem situations addressed. The study is grounded on the hypothesis that there is a continuum between forms of high referential specificity and strategies of erasure or attenuation of semantic responsibility for the processes represented in the clause, especially in passages of greater argumentative density. Anchored in the assumptions of Systemic Functional Grammar, particularly the ideational metafunction and the transitivity system, the analysis demonstrates that the lexico-grammatical configuration of Subject constitutes a strategic resource for guiding the reader's interpretation and for discursively managing the institutional positioning of the editorial. The findings show that different lexico-grammatical structures of Subject realization contribute to conveying varying degrees of agency and responsibility, allowing the text to sustain evaluations and judgments with different levels of enunciative commitment. The study also demonstrates the productivity of the theoretical and methodological apparatus of Systemic Functional Linguistics for the critical analysis of discursive phenomena associated with clause organization in argumentative genres of the journalistic sphere.

Keywords: Systemic Functional Linguistics; Subject category; editorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELICI, Karoline Silva. *A noção de sujeito à luz da linguística sistêmico-funcional: um estudo da categoria no gênero editorial*. 2025. 216 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. *Introdução à gramática Sistêmico-Funcional em língua portuguesa*. São Paulo: Mercado de Letras, 2014.

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, John. *Novos Horizontes em Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 134-160.

HALLIDAY, M.A.K; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 3rd. ed. New York: Oxford University Press, 2004.

MELO, J. M. de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3ª. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

SCHLEE, M. B. *A modalidade em português: uma abordagem sistêmico-funcional das orações principais*. 2008. 178 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

THOMPSON, Geoff. *Introducing functional grammar*. 3rd. ed. Grã-Bretanha: Routledge, 2014.

Editoriais consultados

COP30 corre risco de naufragar antes mesmo de começar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 ago. 2025. Editorial.

BIODIVERSIDADE é oportunidade para desenvolver economia da Amazônia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 ago. 2025. Editorial.